

A trajetória da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIJAM) e as relações com as Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional

~~~~~  
DANIELI CRISTINA DE SOUZA

~~~~~  
DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM
~~~~~

## 1 INTRODUÇÃO

As discussões teóricas que reverberam sob o processo da expansão agropecuária, oriundas com efetiva participação e financiamento estatal, inserem-se sob as dimensões dos aspectos macroeconômicos, voltados à implementação de programas e de análises regionais capazes de recomendar pesquisas a partir da avaliação de campos experimentais que visavam, de modo articulado, modernizar a agricultura brasileira a ponto de absorver insumos modernos. O fortalecimento desse processo ocorre de modo mais intenso nas décadas de 1960 e de 1970 pela institucionalização de empresas estatais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), convênios e articulações de universidades federais, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que tomam nuances mais exequíveis sobre a atuação estatal e as prerrogativas sobre o modelo produtivo inserido no campo.

Na busca da modernização, o período militar intensificou a intervenção estatal à estrutura de planejamento centralizado com objetivos claros para o crescimento econômico e expansão industrial, concomitantemente à modernização da agricultura. Consistia, em proposta planejada, de viabilidade

socioeconômica dentro das estratégias nacionais do processo de regionalização, em expressividade ao território e suas frações regionais e à política econômica, sendo articulada à formalização técnica e política, pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, transitando a análise do período pelo caráter descentralizador das superintendências ao centralizador das tomadas de decisões no âmbito federal.

O desenvolvimento da pesquisa agropecuária, em prol do planejamento agrícola, pacote tecnológico de assistência técnica e de extensão rural aos produtores, percorria uma dinâmica capaz de produzir alimentos para atender ao mercado interno que se formava, sobretudo, nos polos industriais pelo processo de urbanização, e atingir favoravelmente a economia de divisas pela substituição de importações (Delgado, 1985; Navarro, 2010).

Em Santa Catarina, a estratégia posta a partir das diretrizes oriundas do Ministério do Interior era a reestruturação da base econômica regional, qualificando e solidificando o setor industrial, de forma a permitir-lhe a assunção das funções de centro dinamizador da economia da região, sem, contudo, que isso significasse um descumprimento ao desenvolvimento e à modernização do setor agropecuário (Brasil, 1973, 1974b). Entre os frutos das articulações que permearam os princípios dos I e II Planos Nacional de Desenvolvimento (I PND – 1970/1976) e do Programa de Integração Nacional (PIN) está a atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), que, entre outros projetos regionais, lançou investimentos no Litoral Sul Catarinense voltados ao setor agropecuário, tendo como objetivo central viabilizar áreas ainda não utilizadas. A SUDESUL com seus projetos ao “Buscar seu uso múltiplo e racional, através do manejo adequado da água, dos solos e outros insumos” (Sudesul, 1975, n.p.) focava áreas passíveis de recuperação por sistema de drenagem e irrigação, tornando-as agricultáveis.

Em congruência, a base das estratégias de desenvolvimento que vigorava em torno do II PND (1974-1976) previa a consolidação até o final

da década do “pragmatismo reformista, nos campos econômico e social, principalmente com relação à agropecuária” (Brasil, 1974a, p. 34). Para tal, dava-se a viabilidade de áreas que utilizassem tecnologias agropecuárias com núcleos de empresas governamentais, como as de assistência e extensão rural vinculadas ao Ministério da Agricultura, que difundiam nas regiões brasileiras um caráter de pesquisa e de extensão emergente ao modelo de modernização agropecuária que deslumbra no período.

Segundo Souza, Estevam e Muzeka (2021), as características socioterritoriais e econômicas, em zonas consideradas em potencial ao desenvolvimento regional com interesse nacional, desencadeou parcerias entre a SUDESUL, Governo do Estado de Santa Catarina pela Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento e Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), ainda na década de 1970. Cada qual com sua autonomia relativa, abarcaram ações setoriais e interligadas a estruturar a economia regional, como o Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI), setor do subprojeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio inserido no programa de irrigação e drenagem nacional.

As dimensões da política desenvolvimentista, baseada na transformação da agricultura tradicional para a expansão da fronteira e modernização agrícola que ocorria em todo o país, promoveram o Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEA), fortemente implantado a partir de 1981 na microrregião.

Entretanto, com a crise dos 1980 e o advento das políticas neoliberais da década de 1990, teve-se o início do desmonte do planejamento estatal, desencadeando no início da década movimentos de retração quanto às políticas de desenvolvimento rural e regional, a exemplo da extinção da SUDESUL e a fusão pelo governo de Santa Catarina da Acaresc com outras instituições, dando origem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

Por sua vez, houve novas integrações interinstitucionais, reorganização de diversos agentes envolvidos na cadeia produtiva agrícola e, assim, rediscussões quanto às potencialidades da capacidade produtiva e tecnológica, especialmente em estratégias que resultam em políticas agrícolas e da extensão rural.

As transformações ocorridas a partir dos anos 1990 tiveram impactos profundos nas ações estatais que vinham ocorrendo regionalmente, inferindo na dinâmica produtiva e socioeconômica das comunidades inseridas no território desses projetos e programas. Passando-se três décadas de transformações, o Extremo Sul Catarinense representa significativa parcela produtiva do segmento agropecuário, sobretudo na rizicultura com a organização de agricultores familiares em cooperativas voltadas ao manejo e gestão de sistemas de irrigação e drenagem, viabilizando áreas agricultáveis no estado catarinense.

Diante do exposto, o objetivo do capítulo é apresentar a trajetória da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIJAM) e suas relações com as políticas nacionais de desenvolvimento regional. Para tal, transita-se pelas conjunturas estruturais condicionadas via participação estatal e movimentações construídas socialmente em seu território, que precederam a sua criação, identificam-se as influências sobre sua gênese e analisa-se o contexto da atuação da COOIJAM em sua área de abrangência.

Justifica-se o desenvolvimento da presente pesquisa por compreender que o cooperativismo tem sido uma estratégia adequada para gerir os desafios advindos de conflitos socioambientais e socioeconômicos. Nesse caso, verifica-se a essencialidade de atuação da COOIJAM, que é congruente aos fundamentos instituídos nos Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS) como agenda até 2030 (ONU, 2015). Ademais, contribui-se com as reflexões teóricas e com a agenda de pesquisa (ACI, 2015; Annibelli, 2008; Gouveia, 2016).

A esse respeito, inclina-se à tarefa desafiadora de alinhar os propósitos das comunidades pertencentes à organização social e produtiva ao se passar do discurso da gestão pública às ações em torno dos ODS, que, no caso específico da COOIJAM, possam revelar a oportunidade de mudança de postura dos governantes, repensando as medidas adotadas e o papel das instituições neste processo.

Sobretudo ao compreender a importância e os impactos das proposições conduzidas às efetivas políticas públicas de desenvolvimento, as ações da COOIJAM construídas em sua trajetória inferem de modo positivo na qualidade de vida, na diminuição da desigualdade social e produtiva da comunidade, na geração sustentada do crescimento econômico, pela produção de alimentos especialmente na agricultura familiar. Com isso, o trabalho desenvolvido pela COOIJAM está alinhado com os ODS 2 (Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável), ODS 6 (Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos) e ODS 10 (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles). Entretanto, ainda existem inúmeros desafios quanto aos processos de sustentabilidade e responsabilidade social, os quais tangenciam os aspectos de gerir os recursos hídricos do sistema de irrigação e drenagem.

No que cabe ao procedimento metodológico a ser adotado, a pesquisa é de caráter interdisciplinar, com abordagem qualitativa reverberando a análise textual discursiva, a partir dos documentos oficiais da Política Nacional de Irrigação, das diretrizes do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) e dos projetos executados no desenvolvimento agrícola do banhado do Sombrio, nas esferas estaduais e federais. Conjuntamente, realizou-se pesquisa de campo entre o último semestre de 2021 e o primeiro trimestre de 2022, com a realização de três entrevistas semiestruturadas com cooperados, escolhidos aleatoriamente por acessibilidade.

O capítulo está dividido da seguinte forma: a primeira parte aborda os aspectos e critérios funcionais à constituição de projetos agropecuários regionais (1970-1990) que precederam a criação da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado; a segunda destaca as principais influências à gênese da COOIJAM em 1994; a terceira traça a trajetória e o contexto de suas atuações. E, por fim, as considerações finais.

## 2 A CONSTITUIÇÃO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS REGIONAIS (1970-1990) ANTECEDENTES À COOIJAM

A espacialidade da política de integração nacional ao desenvolvimento regional estava balizada pela atuação das superintendências de desenvolvimento e por programas, como o Programa de Integração Nacional (PIN), que originalmente impulsionou outras ações setoriais em diferentes esferas. A exemplificar: o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE). O PIN desencadeou uma série de construções e apoios considerados estratégicos ao aspecto econômico, à segurança e à integração no território nacional, com destaque às infraestruturas na Amazônia e ao estabelecimento de programas de incentivo produtivo agropecuário, assim, sendo impulso à modernização do setor, sobretudo, com um viés a estimular o processo de abastecimento e o controle populacional nos centros urbanos, que vinham sendo estabelecidos por empresas agroindustriais.

Alinhado ao processo deflagrado no final de 1968 pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), com referência ao avanço tecnológico em primeira instância pela adaptação tecnológica importada e, posteriormente, ao desenvolvimento autossustentado, o PIN empregou a consecução de parcerias com empresas privadas nacionais e organismos internacionais para a viabilidade do projeto Nação-Potência. A exemplo está o Plano de Irrigação do Nordeste em parceria com o *Instituto de*

*Reforma y Desarrollo Agrario (IRYDA)*, da Espanha, que na década seguinte seria base técnica e tecnológica a ser utilizada no Sul Catarinense, ao firmar convênio com a SUDESUL, principal partícipe do subprograma de irrigação e drenagem com área piloto a do Plano de Assentamento de População (PAP) e do Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI), setores do Subprojeto do Banhado Sombrio, inserido no Programa Litoral Sul Catarinense (Souza, 2021).

Para que o setor agropecuário, entre outras possibilidades, vislumbresse a “expansão de sua fronteira, em áreas ainda inexploradas do território nacional e aumento de produtividade nas exploradas, mediante a aplicação de tecnologia avançada e insumos básicos” (Brasil, 1977, n.p), é que, no território catarinense, firmam-se parcerias entre a autarquia, o governo de Santa Catarina e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Em face do diagnóstico da economia regional, alinhado ao aproveitamento de incentivos fiscais setoriais para o desenvolvimento em diferentes esferas, dar-se-ia o aperfeiçoamento das unidades produtivas e o trabalho em áreas que viessem a empregar a gestão de sistemas hídricos em consonância com a pauta do governo federal, a exemplo das tratativas que ocorriam em projetos no Nordeste, tanto no âmbito financeiro quanto nas parcerias internacionais como com o IRYDA, identificando, assim, uma extensão territorial de banhado na região do extremo sul catarinense, que representava um ponto favorável ao encontro dos objetivos básicos contidos no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Região no âmbito estatal e nas estratégias do II PND em nível nacional.

Nesta conjuntura, reunia-se de modo favorável uma tática de desenvolvimento regional em termos de projetos agropecuários com possibilidade concreta no campo orçamentário em áreas que demandavam investimentos para recuperar e viabilizar áreas agricultáveis por sistemas de irrigação e drenagem.

A fim de viabilizar áreas agricultáveis ainda inexploradas, por meio do subprograma de irrigação e drenagem, pautado em uma escala nacional à modernização e expansão do segmento agropecuário, estabeleceu-se um conjunto de setores que formariam o projeto de desenvolvimento do Banhado do Sombrio: I – Plano de Assentamento de Populações (PAP); II – Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI); III – Área de Pecuária Intensiva (API); IV – Irrigação da Costa do Canoas (ICC) (Brasil, 1978a).

Havendo como problemática central os desequilíbrios hídricos que ocorriam na região e inviabilizam terras agricultáveis, o estudo de viabilidade técnico-econômica de drenagem e irrigação do baixo vale do Rio Mampituba revelou que a área do Banhado do Sombrio construía-se numa sub-bacia geral do Rio Mampituba e a solução global para o controle das enchentes só se tornaria possível com o planejamento integrado da bacia, já que o grande problema das enchentes provinha da bacia do Rio Canoas desde a cidade de Praia Grande (Brasil, [1983?]).

Perante essa medida, entre os quatro setores do Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio, foi proposta a intensificação de dois projetos: o I setor, o Plano de Assentamento de Populações (PAP), e o II setor, o Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI), por “tratar-se-ia simultaneamente de um Projeto Piloto de Drenagem e de Extensão Rural” (Brasil, 1978b, n.p.). O PPDI tinha sua área dividida nos municípios de Jacinto Machado e Sombrio e o PAP localizava-se no município de Sombrio, sendo todo o seu território no distrito de Santa Rosa, que desde 1989 tornou-se município de Santa Rosa do Sul/SC.

Em outras palavras, os primeiros projetos executivos dos setores integrantes do Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio centralizaram-se na macrodrenagem dos rios Leão e Bonito, tendo como obras principais a construção de duas barragens interligadas ao reservatório dos respectivos rios. Desse modo, despontou o Projeto

Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI), criando condições de engenharia rural ao estabelecimento de produção agropecuária, vinculando-se ao Plano de Assentamento de População (PAP). Cumpre ressaltar que, segundo os relatórios institucionais, a implantação das barragens não geraria nenhum problema de ordem social, apoiando-se na programação de que os proprietários localizados na área a ser ocupada pelas barragens tivessem novos lotes assegurados nos limites do PAP.

O enfoque trazido nos relatórios e atas de reuniões vinculados à equipe da autarquia, dos órgãos públicos de extensão rural envolvidos e das assessorias externas contratadas, se limita sobre os aspectos de “impacto a implantação das barragens” às tratativas da desapropriação das propriedades rurais, ou seja, da garantia que as famílias residentes ou os proprietários de terras na área onde vigoravam os projetos das barragens seriam ressarcidos e indenizados. Assim, desconsidera-se toda e qualquer análise em termos de impactos socioambientais e ecológicos sobre as estruturas remanescentes.

Ademais, ao desapropriar as terras para a construção das respectivas barragens, previa-se que os proprietários seriam indenizados com áreas produtivas no setor do PAP, considerando, em termos de planejamento, uma integração técnica e financeira sem precedentes com a estrutura fundiária e características morfológicas e físicas do solo existentes. Pretendeu-se acionar dois tipos distintos de projetos para o manejo de terras: Intensificação Agrícola e os Projetos de Recuperação Agrícola.

Diante de um contexto de multidimensionalidades de fatores, a solução efetiva das áreas inundadas e consideradas de potencial agropecuário, e em prol de estabelecer uma executividade na área piloto, que se tratava dos 5.000 hectares, entre os 15.200 hectares totais, direcionaram-se esforços para o PAP e o PPDI. A estratégia em focar as ações nos dois primeiros setores do Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Banhado do Sombrio estava pautada na necessidade de “ajustes físico-territoriais”,

para a viabilidade do uso e ocupação do solo e, assim, a materialização da proposta do projeto. Diante disso, os investimentos financeiros e os trabalhos técnicos foram priorizados nas obras das Barragens do Rio Leão e Rio Bonito e, também, na construção de vias, pontes, valos e canais de dupla função (irrigação e drenagem).

Desse modo, reunia-se de modo favorável uma estratégia de desenvolvimento regional em termos de projetos agropecuários com uma possibilidade concreta no campo orçamentário em áreas que demandavam grandes investimentos para recuperar e viabilizar áreas agricultáveis por sistemas de irrigação e drenagem, assim como a demarcação do zoneamento econômico por zonas de setores interligados, porém que possuísem desenvolvimento autônomo do ponto de vista da engenharia rural e da expansão agropecuária.

Em consonância, o serviço de Extensão Rural de Santa Catarina, além de promover o cultivo de produtos considerados pelos técnicos “nobres” (hortigranjeiros), deveria assessorar os agricultores na organização dos sistemas de canais secundários e terciários, a fim de que possam vir a ser beneficiados pela drenagem e irrigação. Esse processo de intensificação da agricultura da área, embrião da transformação de toda a região, poderia iniciar paralelamente a construção do Sistema de Canalização e Drenagem, que era a base central do PPDI e viria a influenciar o PAP e demais setores produtivos dos seguintes municípios: Jacinto Machado, Praia Grande, Sombrio, Santa Rosa do Sul e São João do Sul.

Para a constituição do núcleo agropecuário previsto, caberia a execução das obras e a integração via assistência técnica e extensão rural, orientando os agricultores para as atividades do sistema de irrigação e implementação da organização social via cooperativa conforme orientações administrativas e jurídicas do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola, ligada à Política Nacional de Irrigação, que tinha entre suas premissas “a atuação principal ou supletiva do Poder

Público na elaboração, financiamento, execução, operação, fiscalização e acompanhamento de projetos de irrigação” (Brasil, 1979).

Os trabalhos iniciais encontraram terreno fértil tanto em termos de solo, como de articulação comunitária, na área da comunidade de Tenente, pertencente ao município de Jacinto Machado/SC, havendo a oportunidade de inserir as tratativas com os produtores e, então, direcionar a atuação na comunidade pela extensão rural, com os trabalhos do PPDII pelas desapropriações de terras.

Sobre esse contexto, segundo Presa (2010), promoveu-se o alinhamento de uma política de financiamento agrícola implantada pela Acaresc, na busca de modernizar a produção em consonância com os programas nacionais de infraestruturas de apoio as vias, canais de drenagem da água em tempos de cheias e de irrigação em tempos de estiagens pelo armazenamento em diques e barragens que foram essenciais para a representatividade do Estado Catarinense na produção de arroz irrigado, diferenciado das demais regiões em que houve a implementação pelo Provárzea.

A exposição verbal nas entrevistas realizadas somada a estudos anteriores (Estevam; Biz; Salvaro, 2016) revelam que o movimento de extensão rural aplicada para vias de conhecimento e aperfeiçoamento do novo modelo de produção que visava o aumento não somente da produtividade, mas também da qualidade, envolveu diferentes ações do setor público vinculados à agricultura nas esferas estadual e federal, sobretudo para campanhas integradas de excursões de produtores do Sul do estado, para o campo demonstrativo em lavouras no Norte e vale do Itajaí, que já se utilizavam de sistema de plantio com arroz pré-germinado como incentivo na inserção do novo modelo.

Tendo o segmento agropecuário uma dinâmica que deve ser equilibrada entre as decisões que cabem ao produtor e os elementos e conjunturas externas (da porteira para fora), após passar-se mais de uma década

de atuação estatal em projetos de magnitudes orçamentárias e políticas singulares ao desenvolvimento regional, evidenciam-se em distintas esferas os limites e possibilidades entre as intenções e efetivas ações do período. O acervo a este certame perpassa pela construção cronológica dos aportes teóricos em estudos em nível nacional, adentrando as abordagens de planejamento estatal e as atuações da SUDESUL em seu território de abrangência (Messias; Goularti Filho, 2017), e chegando ao contexto histórico socioeconômico e político vivenciado pelas comunidades pertencentes aos projetos como o PAP e o PPDI (Souza, 2021).

Ao encontro da instabilidade política e econômica e, principalmente, da mudança de estratégias do Executivo, particularmente após a redemocratização do país, a capacidade operacional do planejamento foi gradativamente sucumbindo à estrutura central de decisões e coordenações de ações pelo Estado. A partir dos meados de 1980, houve o enfraquecimento e a desestruturação da equipe técnica vigente que sustentou a lógica guiada da intervenção do Estado para promover a expansão industrial, organizar os sistemas produtivos e repensar a estrutura intrarregional.

Esse cenário nacional altera a concepção de participação do Estado, sobretudo ao adentrar em uma nova perspectiva ao desenvolvimento socioeconômico nacional. No governo Collor, ocorre um processo de desmonte de instituições estatais. A partir de então, o projeto de desenvolvimento nacional passou a ser baseado em ideias neoliberais, com a redução da máquina pública e a restrição das atuações das funções do Estado. Mediante a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, houve a extinção e dissociação de várias entidades administrativas públicas federais, entre elas a SUDESUL e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), principais instituições financiadoras e coordenadoras das atuações do Estado na região.

Com a extinção da SUDESUL e do DNOS em nível nacional, e a fusão das empresas de fomento ao crédito, extensão, assistência técnica ao

desenvolvimento rural no estado catarinense em um único órgão, a EPAGRI, houve automaticamente o cancelamento de vigência dos contratos vinculados ao Estado catarinense, causando a paralisação do subprojeto do Banhado do Sombrio.

### 3 A GÊNESE DA COOPERATIVA DE IRRIGAÇÃO DE JACINTO MACHADO (COOIJAM)

Durante o período instável da inserção de políticas e propostas de desenvolvimento subsidiadas pelo governo, retratadas nas últimas linhas do tópico anterior, destaca-se a preocupação dos gestores e técnicos da SUDESUL atuantes no subprojeto do Banhado do Sombrio, em garantir minimamente a continuidade de seus projetos regionais, visto que, caso os trabalhos fossem interrompidos, além de criar uma série de dificuldades administrativas, isso implicaria acréscimo no custo das obras e um desdouro da imagem da autarquia na região junto às comunidades.

Como a atuação de instituições federais na região vinha ocorrendo em pelo menos duas décadas, a narrativa reiterada em inúmeras oportunidades nos documentos institucionais emitidos antes da extinção da SUDESUL apontava também a dificuldade em construir uma imagem e uma relação participativa entre autarquia e comunidade. Contudo, com muito esforço apercebia-se que, ao longo dos anos, a aproximação vinha se firmando de modo positivo através das obras em execução.

Ademais, tal possível paralisação teria consequências de ordem socioeconômica e levaria à desmotivação e ao engajamento do Governo do Estado de Santa Catarina com o projeto. Reflexos esses que foram sentidos logo no primeiro quinquênio dos anos noventa e retratados pelas fontes entrevistadas<sup>1</sup> (E1; E2, 2021).

1 Para garantir o direito ao sigilo e a integridade da imagem dos entrevistados, não serão nomeadas ou referenciadas as entrevistas apresentadas neste capítulo, conforme declarado pelos autores do capítulo e organizadores da obra.

Em face da relevância hidrológica dos projetos paralisados, a contribuição de instituições de ensino, pesquisa e extensão teve função crucial na região, sobretudo ao orientar os produtores sobre as possibilidades de futuras movimentações políticas ao fomento financeiro e jurídico, para de fato de dar segmento ao projeto almejado desde o início.

Diante da impossibilidade de ações isoladas consideradas de “impacto para a área”, tornava-se “necessário organizar um consórcio interinstitucional, envolvendo instituições nacionais e internacionais, dos setores públicos, privado e não governamental” (Unisul; EAFS, 1994, n.p.). Nesse sentido, representantes das seguintes instituições: Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS) – atual Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul – localizada em área circunvizinha do PPDI; Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Secretaria de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina; servidores da extinta SUDESUL e do DNOS; Secretaria Nacional de Irrigação, Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SC, EPAGRI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); lideranças da comunidade local, prefeituras da região, lideranças políticas regionais; e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), formaram uma grande parceria para a continuidade do projeto.

A proposta objetivava “Implementar a reativação do Subprojeto Sombrio através de um conjunto de ações, desencadeadas em parceria interinstitucional, para o desenvolvimento sustentável da Região Extremo Sul de Santa Catarina” (Santa Catarina; Unisul, 1995). Sobretudo, a continuidade e finalização das ações para o conjunto de barragens do Rio Leão e do Rio Bonito, que previa irrigar 1.342,5 hectares do PPDI e 828,6 hectares do PAP, com expansão para 200ha de irrigação em hortifruti-granjeiros. Tais barragens eram consideradas as mais onerosas, porém também indispensáveis para proteger o seu vale de inundações e

viabilizar áreas agricultáveis, de todo o núcleo de desenvolvimento estipulado ao Banhado do Sombrio.

Ao estabelecer as relações interinstitucionais, a responsabilidade básica do grupo seria de decidir sobre as questões de políticas e operacionalização do processo de reativação do subprojeto Sombrio, para evitar-se o agravamento dos problemas econômicos e sociais decorrentes da situação atual. O plano, por sua vez, justificava-se em pilares que evidenciavam as problemáticas e potencialidades, porém sem considerar os limites à concretude de ações interinstitucionais.

O conjunto das instituições e seus agentes sociais envolvidos na reativação do Subprojeto do Banhado do Sombrio, especialmente, a partir de 1994, enfrentaram a lacuna do desconhecido das conjunturas administrativas, políticas, institucionais, dos projetos e planos que vinham ocorrendo em pelo menos duas décadas de estratégias nacionais e (des) articulações na formação do território do Plano de Assentamento de Populações e do Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação. Entre os acervos técnicos e científicos – parciais que haviam sido resgatados da antiga sede da SUDESUL –, as fontes orais das populações assentadas e das comunidades somavam-se a formar o elo propulsor à proposta de retomada dos trabalhos de engenharia, refletindo nas dimensões socioeconômicas e políticas locais e regionais.

Segundo Souza (2021), entre a extinção da SUDESUL (1990) e as proposituras para reativação do projeto paralisado (1994 e 1995), a área de abrangência do PAP já tinha sua associação de moradores constituída, contudo enfraquecida em decorrência das rotatividades das famílias assentadas, que vinham ocorrendo após a extinção da SUDESUL e a ausência da presença do estado catarinense para orientação (assistência técnica, extensão rural) à formação do núcleo agropecuário, agravando-se pelas conjunturas socioeconômicas (possíveis e prováveis) desiguais entre os primeiros assentados, procedentes do PAP, pela disparidade das

condições de viabilidade de lotes produtivos. Já a comunidade do PPDI, na localidade do Tenente, em sua maioria, com produtores de rizicultura, estava usufruindo da água da represa do Rio Bonito fundada ainda em 1989, sem, no entanto, ter uma participação efetiva na cobertura dos custos operacionais de distribuição do referido recurso. Ou seja, sem utilizar-se de qualquer regulamento ou critérios de distribuição, que previam as legislações pertinentes no âmbito nacional e estadual.

Como exemplo, cita-se a Portaria nº 179, de 13 de junho de 1978, que regulamenta a operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação, drenagem e proteção das terras compreendidas nos perímetros irrigados; a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979 dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; o Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis de Santa Catarina (1980), ou ainda, a Lei nº 9.074/1995, que autorizou a submissão ao regime de concessão de barragens e infraestruturas de sistemas hídricos públicas ou não.

Em termos gerais, a regularização do uso das infraestruturas ainda não fundadas, mas também de modo concomitante, estabelece a retomada dos investimentos paralisados na década de 1990. A alternativa jurídica estava em instigar a organização dos produtores em associação ou cooperativa, tendo, como objetivo, disciplinar o uso da água.

No relato de um cooperado, fica evidenciada a necessidade de criação de uma organização coletiva: “Não tava funcionando o sistema de distribuição de água de modo justo. Então, o primeiro pegava e o segundo já ficava sem” (E3, 2022). Com as pendências de ajustes físicos para o término de valos, ponte e vias, a gestão hídrica que atendesse às comunidades estava comprometida, tanto pelos aspectos de infraestruturas, como pelos de governança do sistema de irrigação e drenagem.

À experiência de algumas cooperativas de irrigação na região, como a Cooperativa de Irrigação de Turvo (COOTIL) e da Cooperativa de Irrigação de Meleiro (COOIMEL), que contavam com um histórico na articulação dos

produtores na gestão coletiva da água, somaram-se as proposituras em âmbito executivo e judicial, com as “Normas para Seleção de Irrigantes”, elaboradas pelo Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola e outros pressupostos ainda da Portaria no 179, de junho de 1978.

Para mitigar os impasses na viabilização de áreas agricultáveis, criou-se um clima favorável de mobilização à inserção comunitária, de tal modo que possibilitava a retomada operacional da gestão hídrica das duas barragens e sistemas de macrodrenagem, para além dos elementos infraestruturais. Ou seja, para equilibrar o efeito da suspensão das obras físicas e territoriais que viabilizavam o PPDI e o descontentamento e descrédito local, em relação às ações exercidas pelo Estado, impulsionou-se a criação de uma cooperativa, para o fomento externo, para administrar a distribuição de água (Souza; Estevam; Muzeka; 2021).

A reaproximação do antigo superintendente da extinta SUDESUL, conjuntamente com as visitas para conhecer a COOTIL em Turvo, assim como os encontros com as comunidades de produtores rurais dos municípios membros do extinto subprojeto do Banhado Sombrio mobilizados entre outros nomes pelo Giacomo Casagrande, foi influente para a formação do quadro social cooperativista (E3, 2022). Com destaque a socialização proferida, em 1994, pelo Presidente da COOTIL, cuja experiência e conhecimento sobre o tema motivou os produtores e ofertou subsídios a serem adaptados na criação da COOIJAM (E1; E2, 2021).

A representatividade socioeconômica, em termos de produtividade agrícola, sobretudo na área do PPDI, a qual já vinha sendo acompanhada, desde a safra de 1991, com forte implementação da rizicultura, impulsionava a retomada das obras necessárias do subprojeto do Banhado do Sombrio a garantir a seguridade das barragens assim como a produção agrícola da região. Nesse contexto, as forças estavam direcionadas a engajar as microbacias do subprojeto do Banhado do Sombrio (Rio Bonito

e Rio Leão) no projeto de Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina (Santa Catarina; Unisul, 1995).

Com isso, o cooperativismo representava uma iniciativa adequada para viabilizar a gestão das barragens e canais de irrigação e, ainda, em 1995, nas palavras do antigo gerente de projetos da Bacia do Mampituba, era visto como promissor tanto aos agricultores que seriam beneficiados, quanto ao desenvolvimento regional: “Entendemos que a COOIJAM desempenha, na consolidação e desenvolvimento do Subprojeto Sombrio, um papel só comparado àquele desempenhado pela UNISUL e EAFS até o presente e que lhes está reservado para o futuro” (Santa Catarina; Unisul, 1995, n.p).

Com a organização social pela instalação da COOIJAM, impulsionou-se a inserção da área do PPDI ao projeto de suporte hidráulico à irrigação, consubstanciado diretamente pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Diretoria de Recursos Naturais e Gerência de Irrigação e Drenagem do Governo de Santa Catarina, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, assim como a Secretaria de Recursos Hídricos do Governo Federal.

Amparado pelo potencial do segmento que se valia pelas características de solo, clima, estrutura fundiária e relevo, assim como os investimentos que vinham sendo implementados em tecnologias de irrigação e drenagem, especialmente pelo processo de modernização da cultura de arroz, juntamente com o Provárzea refletia em significativas mudanças na cadeia produtiva e substantivos investimentos públicos ao longo das décadas.

Desta forma, o Provárzea veio a somar-se às ações do projeto de irrigação e drenagem, possibilitando a eliminação de perdas ocasionadas por estiagem ou inundações, a fim de que vigorassem com a capacidade de elevar significativamente os ganhos de qualidade e produtividade das propriedades rurais envolvidas no projeto.

A estimativa das ações do projeto (Santa Catarina, 1995) estava em abranger 36.377ha de áreas cultivadas no estado catarinense. Em regiões com destaque na produção de olericultura, frutíferas, grãos, arroz irrigado e mandioca, na predominância de pequenas propriedades rurais, as quais são as principais responsáveis pela produção de alimentos, determinaram-se sete bacias hidrográficas prioritárias: Bacia do Rio Araranguá, Rio Tubarão, Rio Cubatão do Sul, Rio Itajaí-Açu, Rio Itapocu, Rio Canoas e Pelotas e Bacia do Rio Negro e Canoinhas.

Observa-se que não se incluía a bacia do Rio Mampituba, a qual abrange os municípios do Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e todo o subprojeto do Banhado do Sombrio. Porém, em virtude das circunstâncias de retomada do projeto, capacidade de fundos orçamentários e interesses políticos, sociais e econômicos, acrescentaram-se dentro dos trabalhos da Bacia do Rio Araranguá os investimentos necessários para a retomadas das obras nas Barragens do Rio Leão e do Rio Bonito e reparos em canais.

Destaca-se que, do total dos investimentos aos dez projetos inseridos na Bacia do Rio Araranguá vinculados ao Projeto Suporte Hidráulico à Irrigação do Estado de Santa Catarina, no ano de 1995 dividiam-se em duas principais frentes de atuações: captação e adubação em canais de irrigação e macrodrenagem. As obras na barragem e canais no Rio Leão correspondiam 33% (R\$ 160.000,00) dos R\$ 479.694,00 investidos na captação e adubação. E as ações de macrodrenagem nas comunidades do Tenente, Barra do Pinheirinho e Santa Rosa do Sul, na bacia do mesmo rio a 42% (R\$ 137.185,00) dos R\$ 326.260,00. Assim, ações de retomada dos trabalhos parciais ao subprojeto do Banhado do Sombrio representavam as obras mais onerosas dos projetos da Bacia do Rio Araranguá.

Antes mesmo das obras serem inauguradas, o ponto estratégico de viabilidade da futura cooperativa, durante o processo de consolidação da COOIJAM, aplicaram-se ao setor do PPDII recursos destinados às obras de

alguns canais paralisados, ofertando a oportunidade da conclusão de um importante trecho de canal de irrigação (canal I-1) que, ao ser implementado, dispôs a área como embrião para a administração da criada cooperativa, servindo como modelo para os demais setores de macrodrenagem, autonomia de gestão e orçamento próprio, nos moldes de outras experiências bem-sucedidas na região.

As referidas obras foram concretizadas e inauguradas em setembro de 1996, representando uma continuidade e expansão produtiva das comunidades do PPDI. Em tese, a inserção das obras paralisadas do subprojeto do Banhado do Sombrio tenderia a viabilizar as áreas do PPDI, do PAP e outras remanescentes aos municípios beneficiados pelo Subprojeto do Banhado do Sombrio, com o aumento significativo de áreas irrigáveis, por meio de obras de controle de cheias, drenagem e infraestrutura básica, permitindo o aumento de produtividade nas comunidades já inseridas na agricultura e na incorporação de novas áreas do PAP.

No entanto, conforme o estudo de Souza (2021), foi verificada a predominância das áreas do PAP com intensa vegetação presente, com isso, havendo poucos lotes tidos em termos de projeto como produtivos e de fato sendo viabilizados a essa finalidade, somados à ausência de manutenção dos valos e canais, assim como a ausência de canais que levassem a água das barragens aos lotes do PAP ou, ainda, fossem capazes de realizar a drenagem, o que fez com que o estado físico territorial se agravasse na área do PAP.

Já ao analisarmos a área do PPDI como principal reflexão da conjuntura entre descontinuidades e permanências, pode-se sumariamente representar, pela fala de um cooperado que reside na localidade de Tenente desde a infância, as transformações nas propriedades rurais:

O Estado foi muito importante para organizar e colocar o impulso destas obras desde a década de setenta, aqui na região. Nossa, você pensa: jamais teríamos condições de ter construído e depois concluído essas barragens e os canais de dupla função [drenagem e irrigação]. E depois, foi possível manter né, porque nós fomos orientados, né! Nós fomos orientados a cuidar disso [barragens e canais].

Porque, assim: naquela época era difícil ter a assistência, a extensão e essa orientação a gente teve. E o resultado é que estamos aí como cooperados. Hoje a cooperativa [COOIJAM] tem a finalidade econômica e social. Manter os produtores né, produzindo e vivendo em comunidade (E2, 2021).

Os trabalhos realizados entre 1991 e 1998 pelas instituições partícipes do Plano de Redirecionamento do Subprojeto Sombrio ficaram restritos à capacidade dos fundos orçamentários disponíveis, os quais foram aplicados nas infraestruturas do término dos barramentos no Rio Leão, no Rio Canoas e em parte de canais de macrodrenagem, atendendo prioritariamente à área do PPDI, mais expressivamente as parcelas de propriedades com rizicultura vinculadas à COOIJAM.

Sobre a cooperação técnica firmada entre as partes da retomada do subprojeto do Banhado do Sombrio na década de noventa, destacam-se como pontos resultantes: os investimentos financeiros das obras, a capacitação e mobilização das comunidades para criação da COOIJAM, oriunda da organização social da área do PPDI em 1994, e a permanência do acervo técnico científico da extinta autarquia na cooperativa.

#### 4 O CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA COOIJAM

Observa-se em termos contextuais para o desenvolvimento que a ausência da continuidade de uma gestão, de coordenação ao planejamento e execuções dos projetos e planos instituídos há décadas e ainda dependentes de fomento Estatal, “[...] passa a depender da performance do território, de seu acúmulo de relações e capacitação institucional” (Brandão; Costa; Alves, 2006, p. 196).

Essa dependência de performance tratada pelos autores ocorre por múltiplas condicionantes, sobretudo as que sincronicamente englobam os aspectos políticos e econômicos na esfera local. E agrava-se pelas

dependências das forças endógenas, as quais têm sua hegemonia de poder em outras escalas, especialmente na esfera federativa e estadual.

Em que se retrata, por vezes, a dificuldade de articulações sociais, sejam comunitárias e/ou institucionais, e suas limitações financeiras e de representatividade em esferas que detenham as condições (políticas e orçamentárias) da continuidade, manutenção e até mesmo término de projetos na amplitude do aqui tratado.

Diante desse contexto, a mobilização social entre os produtores inicialmente da comunidade do Tenente no município de Jacinto Machado, ampliando-se aos municípios ligados ao projeto do Banhado do Sombrio: São João do Sul, Praia Grande, Santa Rosa do Sul e Sombrio, os quais detinham condições de otimizar os sistemas de irrigação, já realizados pelos canais de dupla função que percorriam esse território, tratava-se de uma iniciativa profícua capaz de viabilizar áreas agricultáveis e aumentar a produtividade das existentes, para que em outras oportunidades a estrutura cooperativista viesse a formar fundos para a sua manutenção e ampliação das barragens do Rio Bonito e Rio Leão, ambas localizadas no município de Jacinto Machado, sendo a segunda em território compartilhado com o município de Praia Grande.

Com a inauguração em 1996 das barragens e a efetiva entrega das obras consideradas essenciais pelo Estado para desempenho das suas funções: armazenar água e assim disponibilizá-la nos canais já construídos, o estado de Santa Catarina realizou um termo de concessão de uso das respectivas barragens à COOIJAM, com prazo de duração do termo de 20 anos, a contar a partir de 1998.

O termo de concessão foi amparado, no âmbito da União, em 1995, quando a Política Nacional de Irrigação aderiu à primazia de desestatização, consolidada pela Lei no 9.074/1995, que autorizou “exploração de obras ou serviços federais de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas” (Brasil,

1995), até então resguardado o direito a atuação principal do Estado e/ou do intermédio deste em capacitação dos produtores organizados em cooperativas e/ou associações a fim de empenhar as políticas públicas setoriais interligadas ao campo da extensão e assistência técnica ao desenvolvimento regional, pelos projetos em perímetros irrigados.

As conexões entre os setores e zonas que compõem o projeto de desenvolvimento agrícola da bacia do Rio Mampituba e, assim, o subprojeto do Banhado do Sombrio estão ligadas com os princípios que o originaram e as consequências quanto à paralisação desses investimentos na região. Sobretudo na intensificação da política agrícola, mais especificamente com o PPDI.

Em outras palavras, alinham-se aos processos de desapropriação os projetos de desenvolvimento regional que ocorreram em Santa Catarina, em 13 de abril de 1981. O Decreto Federal nº 85.899 declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas e suas benfeitorias em 664,56 ha, localizados no município de Jacinto Machado, para a implantação do “subprojeto de desenvolvimento agrícola do banhado do Sombrio”. Isso era diferente dos decretos estaduais emitidos entre 1979-1980, que incumbiam ao governo de Santa Catarina a desapropriação da área total ao subprojeto, para então formar o núcleo agropecuário conjuntamente com assentamento de famílias sem terras e/ou o reassentamento das populações que estariam nas áreas alagadas pelas três barragens (Rio Bonito, Rio Leão e a terceira não realizada no município de Praia Grande), estas previstas no desenvolvimento integrado do Vale do Mampituba. O decreto federal (1981) é sobre uma parcela do território dos 15.200 hectares a respeito dos quais foi repassada à SUDESUL a responsabilidade em promover a desapropriação com os recursos próprios (federais).

A área que corresponde aos 664,56 ha estava destinada à construção das barragens do Rio Bonito e do Rio Leão, inseridas nos projetos

executivos de irrigação e drenagem. Cabe enfatizar que o processo de desapropriação estava ligado a um processo de urgência ao interesse público, vinculado à Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que tratava da Política Nacional de Irrigação. O processo, alinhado às diretrizes de assistência técnica, acesso a apoios e incentivos como o crédito rural, preconizava os moldes de desenvolvimento do Estado ditatorial, tendo, na referida área, a representação do segundo setor do subprojeto do Banhado do Sombrio, o Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação, que representaria uma estrutura atemporal com bases no Provárzea, implantado a partir de 1981 na microrregião.

Essas bases legais tiveram influência na área do PPDI, após o deflagrao da desapropriação pela esfera federal e as conotações com outros programas setoriais. Sendo capaz de potencializar na sua estrutura fundiária e social ainda na metade dos anos oitenta, o aumento da produtividade pela incorporação do disciplinamento do regime hídrico e a presença da extensão rural aos agricultores já inseridos neste território.

Contudo, após a extinção da SUDESUL em 1990, não existia autarquia responsável diretamente na esfera da União para gerir esses projetos e, na esfera estadual, não haveria dimensionamento jurídico para uma concessão, como a realizada em 1998 com vigência até 2018. Fato utilizado, como justificativa, pelo estado catarinense em não renovar a licença de concessão da COOIJAM após seu vencimento em 2018.

No entanto, o que não se explica é a ausência até o momento – 2022 – da tomada de decisão quanto ao processo de regularização das referidas áreas, visto que, desde dezembro de 2013, foi promulgada a Lei de nº 16.195, que autoriza ao estado de Santa Catarina a aquisição das barragens do Rio Leão e do Rio Bonito, ambas citadas como pertencentes a Jacinto Machado, para administração da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

No que diz respeito à concessão de uso das barragens pela cooperativa, até a publicação deste estudo, não houve renovação formal do documento que tramita a este certame. Tem-se como orientação do estado catarinense aos dirigentes da COOIJAM que, em virtude da estrutura física e gerencial que a cooperativa comporta, o coerente é que ela permaneça atuando no viés administrativo das barragens, até que as condições jurídicas estejam concluídas. E no que tange às tratativas quanto aos projetos e licenças de regularização, essas estão sendo providenciadas, contudo, sem previsões de liberações formais.

A questão das barragens (Rio Leão e do Rio Bonito) ganhou repercussão e visibilidade depois do rompimento das barragens de Brumadinho e Mariana. Com isso, segundo entrevista: “A fiscalização começou a vir, antes até então, eles nunca estiveram aqui. A defesa civil enfim, nunca teve ninguém ‘incomodando’, como se diz. Daí eles já começaram a vim e cobravam tudo da cooperativa” (E3, 2021).

Como já referido, em 2018, findou o acordo de concessão de uso entre Estado e COOIJAM, segundo se verifica na fala do entrevistado:

Fui lá para renovar, eles não quiseram renovar [...], eles foram perguntando: se tinha licença disso, eu disse não tem, daquilo, também não tem. [...]. Ela está aí, mas não tem nada. Porque é dever da união federal fazer, não foi feito, é dever do Estado fazer não foi feito. Então agora eles estão terminando de registrar ela para o nome do Estado, e então, eles querem passar essa barragem para a cooperativa. [...]. Só que já teve um monte de gente que disseram que não é para fazer isso. Que o certo seria o Estado regularizar, fazer um acordo com a cooperativa, fazer um acordo com a prefeitura para depois ver como vai ficar isso aí (E3, 2022).

Ainda com base na fala do entrevistado, a preocupação da direção da COOIJAM é que se se passar a gestão da barragem para a cooperativa, ela não terá equipe técnica e nem recursos financeiros para fazer a manutenção. A queixa do entrevistado é que o Estado não concluiu a barragem, e quando foi inaugurada em 1998, ela ainda não estava concluída. Em 2021, a COOIJAM fez um investimento de 72 mil reais para concluir

uma parte da taipa da barragem. “[...] O Estado quer tirar os problemas da parte dele e passar para nós. Só que nós não estamos aceitando porque isso não é de hoje, é desde 2002 que tá assim. E então essa é uma das nossas brigas” (E3, 2022).

Para o dirigente da COOIJAM, o Estado pretende passar a barragem para a prefeitura, para depois repassar para a cooperativa, e em seguida realizar convênios de manutenção. Contudo, até que de fato ocorra uma possível transição formal de uso, está vigente a atenção sob a segurança e grau de risco de rompimento da barragem. A esse respeito o entrevistado E3 se manifestou da seguinte forma:

Sim, toda barragem tem esse risco. As consequências que aonde ela passar ela vai levando tudo. [...] Assim, a nossa barragem tem baixo risco para romper, mas alto dano. Porque ela tem uma comunidade abaixo. [...]. Porque essa (comunidade) é muito próxima, nos demais locais daria tempo para evacuar, ou a água passar e baixar. [...] Não vai ser igual a de Brumadinho. Se ela romper, ela vai abrir um buraco e vai aumentado (E3, 2022).

Para mitigar problemas de rompimento, a cooperativa decidiu em assembleia realizar trabalhos de manutenção. Segundo o E3, a “gente precisa arrumar um pouquinho por ano, fizemos uma coisa lá, outra aqui, mas temos que fazer. Porque [...] o dinheiro do Estado não vem. A manutenção tem que ser com fundos da cooperativa”.

A direção da cooperativa tem ciência que a utilização da água das barragens deve respeitar uma prioridade de distribuição: consumo humano, animal e agrícola, percorrendo os canais e diques já existentes. De modo que, não havendo a demanda de uso para as duas primeiras prioridades, as barragens somadas aos canais e diques são responsáveis pela irrigação de três mil hectares de arroz, produzindo uma média de 450 mil sacas por ano e contando com 175 cooperados. Além da rizicultura, paralelamente colaboram com o sistema produtivo de fruticultura na irrigação de pitaya e maracujá. A sua área concentrada de abrangência é principalmente nas comunidades da Cachoeira, Cachoeira de Baixo, Sanga

da Ripa, parcialmente Vila Nova e Sanga da Paca, localidades pertencentes aos municípios de Praia Grande, São João do Sul, Jacinto Machado e Santa Rosa do Sul.

Para consubstanciar as necessidades financeiras da cooperativa, incluindo o pagamento de três funcionários, um responsável pela parte administrativa e dois fiscais dos canais que as barragens abastecem, os cooperados contribuem com um valor de aproximadamente R\$ 110,00 (cento e dez reais) por hectare utilizado, valor também empregado em fundos de manutenção do sistema, visando mitigar os conflitos de uso da água e equiparar a sua distribuição aos cooperados.

O contexto de atuação da COOIJAM perpassa momentos que afastam da situação do papel cooperativista que Annibelli (2008) descreve como instrumento com poder emancipatório das estruturas capitalistas e políticas, em virtude das demandas infraestruturais e regulatórias sobre o sistema hídrico gerido. De modo congruente, o cooperativismo, sobretudo a experiência retratada nesta pesquisa, mesmo com certas limitações, tem desempenhado uma função primordial no processo de desenvolvimento da região do Extremo Sul Catarinense.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para promover o desenvolvimento regional, o Estado coordenou e executou projetos de referências, como é o caso dos processos de implantação dos perímetros irrigados no Nordeste pela sua Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no sul de Santa Catarina, pelo Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI) pela SUDESUL e parcerias com o governo espanhol através do *Instituto de Reforma e Desarrollo Agrário* (IRYDA), entre as décadas de 1970 e 1980.

Diante desse cenário, para compreender a gênese e contexto da trajetória de atuação da COOIJAM, cabe observar a influência de

conjunturas que antecederam a sua efetiva criação em 1994. É reconhecer que está marcada pela implementação e descontinuidade de projetos de desenvolvimento agropecuários, consubstanciados pelo poder público de modo a promover a integração regional e o desenvolvimento nacional. Como no caso de Santa Catarina, coordenados pela extinta SUDESUL, em parcerias com instituições públicas estaduais, em especial a antiga Acaresc, atualmente EPAGRI. Esta última, suscitando a pesquisa e extensão agropecuária durante décadas.

Ao desvelar a trajetória da COOIJAM, constatam-se as influências das políticas públicas de desenvolvimento rural e regional, a exemplo do PROVÁRZEA em 1980 e do Programa de Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina deflagrado em 1995, que injetaram investimentos públicos para término das obras paralisadas e capacitação dos produtores. Sobre essas influências, verifica-se, ainda, a geração de viabilidade produtiva na área de abrangência da cooperativa quando potencializadas, assim como quando inexistentes, as limitações operacionais, sobretudo das barragens e dos canais de dupla função (irrigação e drenagem) geridos.

A pesquisa revelou a transitoriedade de atuação do Estado na inserção de fomento ao desenvolvimento regional. Contexto esse que veio a condicionar ao PPDI retrações nas execuções dos ajustes físicos territoriais necessários a atender de modo integral ao objetivo do subprojeto do Banhado do Sombrio.

A organização dos produtores rurais na estrutura cooperativista tornou-se uma alternativa socioeconômica que merece destaque, ao propiciar agrupar forças para representatividade e participação da comunidade aos interesses em face das instabilidades decorrentes das paralizações das obras. Ainda a este respeito, há de se ressaltar a importância das instituições públicas e de agentes comunitários em rebelar os vetores que possibilitaram uma alternativa viável de sair da situação de

abandono das obras para a sua retomada pela formação cooperativista à gestão hídrica do sistema produtivo em 1994, derivando o processo de desenvolvimento local a compreender o potencial do território rural e as dimensionalidades no âmbito regional.

Portanto, a ação de instigar a mobilização para a criação da COOIJAM parte das experiências como as vivenciadas pela Cooperativa de Irrigação de Turvo, mas, sobretudo, da possibilidade de geração de emprego e renda para as populações envolvidas, que dependem do sistema hídrico do PPDI para viabilizar áreas agricultáveis.

No caso estudado, a existência de restrições impostas à COOIJAM para gerir com seguridade em suas tomadas de decisões é multifatorial. Parte desde o processo de desapropriação das áreas das barragens, seu uso legal dos sistemas hídricos e capacidade financeira e jurídica. Situações que inferem em término das obras necessárias, não inseridas nos projetos iniciais ou ainda mesmo planejadas não executadas pelo poder público, assim como as manutenções indispensáveis à operacionalização das barragens.

Ao adentrarmos em aspectos legislatórios, constata-se, pela esfera estadual, que não se trata de uma incapacidade de atuações da extensão rural e/ou de políticas voltadas a este certame, mas sim, da competência jurídica a que não cabe sobre os referidos trabalhos do PPDI, sendo entraves em termos financeiros e técnicos ao acesso à recursos para a regularização fundiária das barragens, fiscalização das devidas licenças e manutenções periódicas. E considera-se questionável a quem corresponde a responsabilização e compromisso quanto às estruturas físicas existentes.

As consequências da descontinuidade política, administrativa da união e estado catarinense quanto às ações de desapropriação e posse das áreas vinculadas ao Subprojeto do Banhado do Sombrio, somadas à transitoriedade das políticas nacionais de irrigação e drenagem e gestão desses sistemas, são expressas ao analisar a trajetória da COOIJAM. E

estão ligadas diretamente com os pressupostos de afastamento das funções do Estado pelo planejamento, investimentos, em detrimento ao paradigma do incentivo a parcerias público privadas, com o agravante da negligência/inexistência da retomada de estudos e resoluções sobre projetos de grandes escalas paralisados ou sob responsabilidade jurídica, ainda sob o Estado.

A questão síntese dessa situação está também velada a um preço incalculável dos possíveis dados ambientais e sociais que se reproduzem durante os anos, para além das externalidades positivas da disponibilidade de ocupação agrícola, viabilidade produtiva, da inferência econômica e política.

Cabe ressaltar que, embora exista uma tramitação quanto à regularização das referidas barragens, a qual possivelmente venha a abarcar estudos sobre as influências das áreas remanescentes, com levantamento de dados sobre impactos de transbordamentos, rompimentos e inundações oriundos da falta de manutenção, ou eventos externos que não foram projetados, ainda assim, a temática jurídica precisa ser resolvida, além de outras perspectivas como as socioambientais com a existência de assentamento de pessoal em áreas circunvizinhas. Conclui-se que a COOIJAM tem desempenhado função relevante na gestão das ações que a ela compete, contudo, apresenta grandes desafios a cumprir, tais como: renovação da concessão junto ao Estado, fiscalização e manutenção da barragem, regularização das terras desapropriadas, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL - ACI. **Las cooperativas y los Objetivos de Desarrollo Sostenible:** Debate sobre el desarrollo después de 2015. Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.ica.coop/es/llamado-recogida-fondos--serie-iniciativas-cooperativas-ods>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ANNIBELLI, M. B. A Ordem Econômica Brasileira e o Cooperativismo. **Revista Eletrônica do CEJUR**, Curitiba, ano II, v. 1, n. 3, ago./dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/cejur.v1i3.16765>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRANDÃO, C. A.; COSTA, E. J. M. da; ALVES, M. A. da S. Construir o espaço supralocal de articulação socioproductiva e das estratégias de desenvolvimento: os novos arranjos institucionais. *In*: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (org.). **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 195-223.

BRASIL. Decreto Federal nº 85.899, de 13 de abril de 1981. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas e suas benfeitorias em 664,56ha. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 14 abr. 1981. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/41549-declara-de-utilidade-publica-para-fins-de-desapropriacao-areas-de-terra-com-as-respectivas-benfeitorias-necessarias-a-implantacao-do-subprojeto-de-desenvolvimento-agricola-do-banhado-do-sombrio.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília: Presidência da República, 1974a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF). Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 14 jan. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12787.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12787.htm). Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 jun. 1979. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6662.htm). Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 8 jul. 1995. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9074cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9074cons.htm). Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Interior. **As funções da região sul no âmbito do sistema nacional e ação da SUDESUL**. Porto Alegre: SUDESUL, 1974b.

BRASIL. Ministério do Interior. **Elementos sobre a organização institucional do Projeto Piloto de Drenagem e Irrigação – PPD**. Porto Alegre: Sudesul/Magna Engenharia, [1983?].

BRASIL. Ministério do Interior. **Estudo de viabilidade técnico-econômica do projeto de desenvolvimento agrícola do banhado do Sombrio**: Projetos Propostos – obras de engenharia. Vol. 6. Porto Alegre: Magna Engenharia, 1978b.

BRASIL. Ministério do Interior. Gabinete do Ministro. Portaria nº 179, de 13 de junho de 1978. Regulamenta a operação, conservação e manutenção da infra-estrutura de irrigação, drenagem e proteção das terras compreendidas nos perímetros irrigados. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 jun. 1978a.

BRASIL. Ministério do Interior. **Plano de operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina**. Porto Alegre: Minter, 1973.

BRASIL. Ministério do Interior. **Proposta de execução de estudo de viabilidade técnico-econômica: Projeto de Desenvolvimento Agrícola Banhado do Sombrio**. Porto Alegre: Sudesul/Engevix S.A., 1977.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

ESTEVAM, D. de O.; BIZ, J. B.; SALVARO, G. I. J. A trajetória de modernização da cultura do arroz no município de Turvo - Santa Catarina, Brasil. **Revista Agroalimentaria, Venezuela**, v. 22, n. 43, p. 135-150, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199251019009>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GOUVEIA, R. As cooperativas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Documentos de Discusión. In: CUMBRE COOPERATIVA DE LAS AMÉRICAS. "COOPERATIVAS: ASOCIATIVIDAD PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE", 4., 2016, Montevideo. **Anais [...]**. Montevideo: Coop, 2016. Disponível em: [https://www.aciamericas.coop/squelettes/ivcumbre/documentos/Eje3\\_RodrigoGouveia.pdf](https://www.aciamericas.coop/squelettes/ivcumbre/documentos/Eje3_RodrigoGouveia.pdf). Acesso em: 5 abr. 2022.

MESSIAS, T. A. de; GOULARTI FILHO, A. A SUDESUL e o projeto litoral sul de Santa Catarina: convergência do planejamento nacional e regional (1970-1990). **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v. 1, n. 36, p. 219-245, abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/issue/view/257>. Acesso em: 3 jan. 2022.

NAVARRO, Z. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 19, n. esp., jul. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/revista-de-politica-agricola/2000-a-2016/revista-de-politica-agricola-edicao-especial-150-anos-2010.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PRESA, J. B. Políticas públicas e o incentivo à rizicultura irrigada no sul de Santa Catarina: O que foi o PROVÁRZEAS e suas implicações no meio ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE - ENANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPPAS, out. 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/resumos/GT3-122-81-20100520204441.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SANTA CATARINA. Lei nº 16.195 de dezembro de 2013. Autoriza a aquisição de barragens nos Municípios de Taió, Ituporanga, José Boiteux e Jacinto Machado. **Diário Oficial**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2013. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2013/16195\\_2013\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2013/16195_2013_Lei.html). Acesso em: 30 jan. 2022.

SANTA CATARINA. **Projeto Suporte Hidráulico à Irrigação**. Florianópolis: [s.n.], 1995.

SANTA CATARINA. Secretaria de Agricultura e do Abastecimento. **Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Emater/Acaresc/Empasc/Cidasc/DNOS, 1980.

SANTA CATARINA; UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL. Grupo Técnico de Reativação do Sub-Projeto Sombrio. **Plano para o redirecionamento estratégico e operacional do Sub-Projeto Sombrio**. Santa Rosa do Sul: Unisul, 1995.

SOUZA, D. C. de. **Planejamento estatal e o plano de assentamento de populações na formação socioespacial do extremo sul catarinense**: propostas nacionais às especificidades regionais (1976-1996). 2021. 365 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2021.

SOUZA, D. C. de; ESTEVAM, D. de O.; MUZEKA, G. A trajetória da Cooperativa de Irrigação de Jacinto Machado (COOIJAM). **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, Criciúma, v. 7, n. 7. 2021. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/7088>. Acesso em: 10 jan.2022

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL - SUDESUL. **Ordem de serviço 71/75**. Estudo do Banhado de Sombrio. Expedida em consonância com o disposto no contrato 02/71. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL; ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRIO - EAFS. **Workshop realizado na EAFS para reativação do subprojeto Sombrio**: Contém o convite, pauta, ata e discussões da proposta conjunta da EAFS da Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR) do Ministério de Integração Regional (MIR) e da Unisul. Santa Rosa do Sul: [s.n.], 1994.